

Preservação del patrimonio arquitectónico histórico en la misión institucional de la Fundación Oswaldo Cruz

PALAVRAS CHAVES • PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO · GESTÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS · FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ · RIO DE JANEIRO · BRASIL

PALABRAS CLAVE • PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO · GESTIÓN DE SITIOS HISTÓRICOS · INSTITUCIÓN PÚBLICA · FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ · RIO DE JANEIRO; BRASIL

RESUMO

O presente artigo propõe uma abordagem sobre o processo de criação e consolidação das ações de gestão e preservação do conjunto arquitetônico histórico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), localizado no *campus* de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Trabalho que vem sendo realizado desde 1987, pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), na missão da Casa de Oswaldo Cruz (COC), uma das unidades técnico-científicas da Fiocruz. Trata-se de um enfoque sobre um conjunto de fatores, no âmbito nacional e institucional, que possibilitaram a inserção de um trabalho de conservação e restauração de bens culturais em uma instituição pública de saúde. A partir da identificação dos momentos mais significativos dessa trajetória, busca-se contribuir para os estudos das relações entre memória, cultura, ciência e políticas públicas.

RESUMEN

Este artículo propone una aproximación al proceso de creación y consolidación de las acciones de gestión y preservación del conjunto arquitectónico histórico de la Fundación Oswaldo Cruz (Fiocruz), ubicado en el *campus* de Manguinhos, en la ciudad de Río de Janeiro. Este trabajo se viene realizando desde 1987, por el Departamento de Patrimonio Histórico (DPH), en la misión de la Casa de Oswaldo Cruz (COC), una de las unidades científicas de la Fiocruz. El objetivo de estas acciones es poner en valor un conjunto de factores, a nivel nacional e institucional, que hicieron posible la puesta en marcha de un trabajo de conservación y restauración de bienes culturales en una institución de salud pública. A partir de la identificación de los momentos más significativos de esta trayectoria, este texto busca contribuir al estudio de las relaciones entre memoria, cultura, ciencia y políticas públicas.

Preservação do patrimônio arquitetônico histórico na missão institucional da Fundação Oswaldo Cruz

INÊS EL-JAICK ANDRADE · Fundação Oswaldo Cruz, Brasil · ines.andrade@fiocruz.br

SÔNIA APARECIDA NOGUEIRA · Fundação Oswaldo Cruz, Brasil · sonia.nogueira@fiocruz.br

ROSANA SOARES ZOUAIN · Fundação Oswaldo Cruz, Brasil · rosana.zouain@fiocruz.br

Fecha de recepción: 30 de marzo de 2021 · Fecha de aceptación: 20 de mayo de 2021

INTRODUÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹, instituição vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, é reconhecida por sua atuação no âmbito de políticas públicas de saúde. Criada em 25 de maio de 1900, foi originalmente concebida sob a perspectiva científica inaugurada pela revolução *pasteuriana*, e no contexto das reformas urbanas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Com sua sede implantada, desde suas origens, em um *campus* de 800 mil m², no bairro de Manguinhos, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, a Fiocruz desenvolve sua missão institucional por meio de outras unidades técnico-científicas localizadas no território brasileiro.

Somado à trajetória consolidada da Fiocruz como instituição pública e estratégica de saúde, especialmente a partir meados da década 1970 verificam-se diversos investimentos e esforços voltados para a valorização de sua memória institucional. Dentre os quais, destacam-se no presente artigo as ações voltadas para a preservação e gestão de seu patrimônio edificado cultural da saúde localizado no *campus* de Manguinhos, de reconhecido valor, cuja preservação está sob a responsabilidade do

Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Casa de Oswaldo Cruz (COC).

Completando seus 35 anos em 2021, a COC/Fiocruz segue seu trabalho especializado em acervos da história das ciências e da saúde no Brasil e na América Latina, que inclui o patrimônio histórico arquitetônico localizado no *campus* Fiocruz/Manguinhos². Destacando-se que a importância desse conjunto edificado, para além de seu valor histórico e estético, diz respeito à própria história da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, e das conquistas das ciências biomédicas no Brasil, protagonizadas pelo médico sanitário Oswaldo Cruz, dentre outros grandes cientistas.

Na ênfase da memória institucional assinalada, este artigo está centrado na experiência acumulada do DPH/COC, na preservação do conjunto arquitetônico histórico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Estudo que resulta da pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do *campus* Manguinhos, Fiocruz-RJ” (2015-2018), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e COC/Fiocruz.

¹ Mais informações ver: <https://portal.fiocruz.br>

² Mais informações ver: www.coc.fiocruz.br

1. Vista aérea do campus Fiocruz Manguinhos. Fonte: Fiocruz.



CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA FIOCRUZ

O contexto institucional e a conjuntura política nacional que possibilitaram a implantação de um escritório técnico voltado para a preservação de seu conjunto arquitetônico de interesse histórico remetem à década de 1970, na gestão do presidente Vinícius da Fonseca (1975-1979). Neste período foram dados passos importantes em termos de uma política institucional voltada para a cultura, com destaque para a atenção dada ao conjunto de edificações históricas projetadas no início do século XX, entre elas o - Pavilhão Mourisco, Cavalariça e Pavilhão do Relógio, que hoje compõem o Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM).

Nesse mesmo contexto foi elaborado pela Presidência da Fiocruz e encaminhado ao

Ministério da Saúde, um plano intitulado “Plano de Reorientação Programática”, que apontava a previsão de recuperação e adaptação do Pavilhão Mourisco, convertendo a edificação em um museu da memória científica. Também coube a presidência da fundação solicitar à Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade do Rio de Janeiro (DPHA-RJ), órgão municipal de preservação, o assessoramento para a elaboração de um plano geral de proteção e a assistência à obras de restauração e a posterior conservação, das edificações e de sua área ajardinada. Essa parceria representa o início de um processo em direção ao reconhecimento patrimonial da edificação, que resultaria no processo de tutela do Pavilhão Mourisco pela DPHA-RJ. Tutela esta que, por razões de conjuntura política, nunca foi oficializada pela Prefeitura do Rio de Janeiro (Andrade & Pamplona, 2014).

Em 1981, a Fiocruz receberia a tutela federal de parte do conjunto arquitetônico histórico do campus de Manguinhos³. Para a elaboração da documentação necessária para subsidiar esse processo, coube ao museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro⁴ a responsabilidade da elaboração de um dossiê, contendo as plantas, fotografias, notas fiscais dos materiais usados, levantamentos históricos e descrições arquitetônicas dos primeiros edifícios desse campus.

Cabe destacar o cenário político nacional do início da década de 1980, caracterizado por uma correlação de forças no sentido de um processo de redemocratização, articulado em torno de um novo pacto para garantir a governabilidade pós-ditadura militar, que culminou na chamada “Nova República” (Ponte, 2015). Contexto no qual, articulações políticas e estratégicas de determinados setores e atores na Fiocruz, culminaram na candidatura do médico sanitário Sérgio Arouca (1941-2003) para presidir a instituição em 1985. Ressaltando-se sua intensa militância no então Movimento pela Reforma Sanitária, movimento nacional movido por correntes mais progressistas que reforçou a saúde coletiva como um direito de cidadania, com reflexos, inclusive, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A gestão de Arouca (1985-1989) na Fiocruz foi marcada pela busca de consolidação das articulações entre as esferas da pesquisa, produção e ensino, e pela ampliação da participação do conjunto de trabalhadores nos processos decisórios da instituição (Ponte, 2015). Dentre as inúmeras ações de sua

³ Na ocasião, foram objeto de proteção as edificações do Pavilhão Mourisco, Pavilhão da Peste e Cavalariça pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sob o processo nº 1.037-T-80.

⁴ Luiz Fernando Fernandes Ribeiro foi o primeiro museólogo da Fiocruz. Contratado em 1976, ficou sob sua responsabilidade as atribuições relativas ao espaço denominado “Museu Oswaldo Cruz”, localizado no Pavilhão Mourisco.

gestão, está a criação de novas unidades técnico-científicas, dentre elas a Casa de Oswaldo Cruz (COC). Unidade esta que, desde suas origens em 1986, esteve inserida em um processo mais amplo de institucionalização dos estudos históricos e sociais sobre as ciências e a saúde pública no Brasil (Lima, 2011). Concebida para atuar no campo da história das ciências e da saúde, a COC consolidou-se em suas ações no âmbito da arquivologia, documentação e informação, museologia, ensino e educação, divulgação das ciências, gestão do patrimônio cultural da saúde, incluído aí o patrimônio arquitetônico, ambiental e urbanístico da Fiocruz.

Em síntese, o reconhecimento do valor do patrimônio arquitetônico da ciência e da saúde da Fiocruz deu-se, substancialmente, no contexto das transformações ocorridas nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil na década de 1980, e estas por sua vez, em consonância aos respectivos eventos internacionais. Contexto onde se verifica a ampliação do rol dos bens reconhecidos como patrimônio cultural pelos órgãos de tutela, incluindo determinadas tipologias e estilos arquitetônicos que haviam sido rechaçados nos períodos anteriores, como foi o caso dos edifícios em estilo eclético, característico dos primeiros edifícios construídos no *campus* Fiocruz/Manguinhos.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA CIÊNCIA E DA SAÚDE

O conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos –incluindo-se as áreas de entorno, os vestígios arqueológicos e jardins históricos– é formado por um grupo de edificações em estilo eclético, construído nas primeiras décadas da instituição, e outro, construído a partir da década de 1940, com características do Movimento Moderno brasileiro. O primeiro grupo de edifícios compõe o NAHM, composto pelas edificações projetadas para abrigar as atividades laboratoriais e de criação de animais necessárias à produção de soros e vacinas,

com destaque para os exemplares tutelados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), em 1981: o Pavilhão Mourisco (1918); o antigo Pavilhão da Peste, atual Pavilhão do Relógio (1905); e a Cavalariça (1904); o Pavilhão Figueiredo de Vasconcellos (1919-1921); a Casa de Chá (1905) e o Restaurante Anexo (1920); o Hospital Evandro Chagas (1918); o Pombal (1904); e a Casa Amarela (1922). O conjunto modernista é composto pelo antigo Restaurante Central, atual Pavilhão Carlos Augusto da Silva (1951) e o antigo Pavilhão de Cursos, hoje conhecido como Pavilhão Arthur Neiva (1947), edifícios tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac). Ainda fazem parte deste conjunto a portaria da Avenida Brasil (1954) e o Laboratório da Febre Amarela (1956).

No contexto assinalado, as ações de preservação do patrimônio arquitetônico da Fiocruz iniciaram-se, efetivamente, com a criação da Coordenação de Restauração (COORES), em 1986, vinculada diretamente à presidência da Fiocruz⁵. Sob a liderança da arquiteta Maria Cristina Fernandes de Mello –especialista em preservação do patrimônio pela Universidade de Roma, contratada em 1985 na gestão de Sérgio Arouca–, foram então realizadas intervenções emergenciais e algumas obras de restauração em partes das edificações desse núcleo histórico, contando com uma equipe mínima de profissionais e com o apoio de operários da construção civil que já atuavam no serviço de infraestrutura do *campus* Fiocruz/Manguinhos (Nogueira & Andrade, 2020).

A primeira intervenção realizada pela COORES, com recursos orçamentários da própria instituição, foi a adequação do Pavilhão do Relógio para que ali se instalasse a recém criada Casa de Oswaldo Cruz, em 1986. Por

sua vez, em 1987, são retomadas as obras de intervenção da Torre Norte localizada no terraço do quinto pavimento do Pavilhão Mourisco, antes a cargo de outra equipe, cuja obra havia sido embargada pelo IPHAN.

Em 1989, a partir de levantamentos realizados pela COORES com vistas à elaboração de um projeto de captação de recursos para obras de restauração do conjunto histórico de Manguinhos, foi possível a obtenção de verbas através da Lei Sarney⁶. Nesse mesmo ano, com a aprovação do regimento interno da Casa de Oswaldo Cruz, as atividades da antiga COORES passaram a ser de responsabilidade do então criado Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, que, em 2001, adquire a denominação que permanece até hoje: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH/COC).

Após as primeiras obras de restauração realizadas com os recursos obtidos pela Lei Sarney seguiu-se um período difícil para a instituição, em função de uma nova conjuntura política no Brasil. A década de 1990 foi marcada por um discurso de desmoralização das instituições públicas, “que se viram impensadas entre a administração central e a população usuária de seus serviços, bem como enfraquecidas no que concernia à capacidade de negociar com o governo e dialogar com a sociedade” (Ponte, 2015, p. 18). No que se refere às políticas culturais, o então governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) extinguiu o Ministério da Cultura e a Lei Sarney, reformulando e reeditando o uso de recursos destinados à cultura através da lei n. 8313, de novembro de 1990, conhecida como Lei Rouanet, ainda em vigência no Brasil, embora com algumas modificações. Dentre outras mudanças, nesse momento, que interferiram mais diretamente no trabalho do DPH/COC ressalta-se a promulgação da Lei 8666/93 que

⁵ Ressaltando-se a existência de registros de intervenções anteriores, executadas em 1976, sob a orientação do DPHA-RJ.

⁶ Lei de Incentivo a Cultura, Lei 7505/86, de 2 de julho de 1986, que dispunha sobre benefícios fiscais concedidos a projetos de caráter cultural e artístico.

2. Pavilhão Arthur Neiva, um dos edifícios do conjunto modernista do *campus* Fiocruz Manguinhos. Fonte: COC/Fiocruz.

instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública, trazendo novos desafios às especificidades das obras de restauro.

O breve panorama apresentado buscou apontar as origens, a ampliação e a consolidação do trabalho do DPH/COC, que foi especialmente favorecido pela conjuntura social, econômica e política no país, durante as gestões da Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Contexto conformado em termos de uma política cultural democrática e de uma gestão participativa –em sintonia com processos semelhantes em nível internacional–, contemplando a atuação conjunta entre o poder público e os diversos setores da sociedade civil organizada. No âmbito das políticas públicas nas áreas da educação e cultura desse período, uma das pautas colocadas refere-se à criação de instrumentos que garantissem a promoção e a proteção da diversidade cultural, incluindo as respectivas dotações orçamentárias para projetos relacionados (Calabre, 2014). Com a ampliação do acesso às universidades e o aumento de investimentos em pesquisa, intensificou-se, inclusive, os debates em torno das questões que envolvem o campo da preservação de bens culturais. O respectivo fortalecimento das instituições públicas, sobretudo com a realização de concursos públicos, tornou possível, no caso da Fiocruz, a ampliação da equipe responsável pela preservação do seu acervo arquitetônico, possibilitando o fortalecimento do DPH/COC no âmbito institucional.

Atualmente o DPH/COC está conformado nos seguintes setores: o Serviço de Conservação e Restauração, responsável pela elaboração de projetos, fiscalização de obras de restauração e serviços de manutenção; o Serviço de Educação Patrimonial, para planejar e implementar ações de educação patrimonial para diversos públicos; e o Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde, para desenvolver pesquisas científicas, no âmbito histórico e tecnológico, relacionadas ao campo da preservação do patrimônio cultural da saúde.



AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO PELO DPH/COC/FIUCRUZ

Desde sua criação, o DPH/COC vem realizando o trabalho de conservação e restauração do patrimônio histórico arquitetônico. Inicialmente voltado para os edifícios do núcleo eclético assinalado, tais ações foram se ampliando na medida em que novos acervos⁷ foram sendo reconhecidos, tanto pela instituição quanto pelos respectivos órgãos de tutela.

Nesse sentido foram sendo aperfeiçoadas as metodologias e diretrizes referentes às contratações das obras de restauração, de forma a atender tanto as exigências da lei 8666/93, quanto as normas e a teoria consagrada de restauração de bens culturais (Coelho, Silva,

& Zouain, 2020). Processo onde ressalta-se a busca, desde as origens desse departamento, por estratégias e soluções técnicas, operacionais e administrativas referentes a um sistemático e eficaz plano de manutenção civil, preventiva e corretiva, dos edifícios do NAHM. Sendo um marco nesse processo, a realização de licitações públicas para contratação de empresas capacitadas em tal especialização, a partir de 1995, sob a fiscalização do DPH/COC.

Durante a primeira década de atuação do DPH/COC, as ações de investigação histórica, científica e tecnológica estiveram voltadas prioritariamente às demandas de conservação e restauração do acervo arquitetônico do NAHM. A partir de 1998, as pesquisas desenvolvidas pelo departamento foram ampliadas para o âmbito das correlações entre a formação do *campus* da

⁷ Tendo sido incluídas posteriormente as áreas de entorno desse conjunto histórico tutelado, os edifícios modernistas e os vestígios arqueológicos encontrados no *campus* Fiocruz/Manguinhos.

3. Restauração das fachadas da Cavaleriça – NAHM. Autoria: Peter Illiciev (2014). Fonte: COC/Fiocruz.
4. Detalhe da restauração do painel de azulejos do Pavilhão Carlos Augusto da Silva (ca.2000). Fonte: COC/Fiocruz.
5. Restauração da torre do Pavilhão Mourisco. Autoria: Peter Illiciev (2014). Fonte: COC/Fiocruz.



Fiocruz em Manguinhos, a história da arquitetura e urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, e a história da saúde pública no Brasil. Sendo um dos resultados a se destacar, a publicação, em 2003, do livro *Um Lugar para a Ciência: a formação do campus de Manguinhos*, que trata do processo de formação deste campus. Essa pesquisa levantou a história da ocupação do território e suas transformações urbanísticas, com destaque para o repertório tipológico e estilístico de edificações de interesse histórico da área da saúde: o patrimônio cultural edificado da saúde.

Outra frente incorporada à missão do DPH/COG, no que tange à ampliação do conceito de patrimônio cultural da saúde, diz respeito a inserção da COG e seus departamentos na Rede Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde⁸. Um dos objetivos da rede é

⁸ Projeto de cooperação técnica firmada, em 2005, entre a COG/Fiocruz e a Unidad del Patrimonio Cultural de la Salud (Ministério da Saúde do Chile).

6. Tomada de aula prática na oficina de estuque ornamental (2010). Fonte: COC/Fiocruz.
7. Detalhe de modelo de capitel confeccionado pelo mestre de ofícios. Autoria: Peter Illiciev (ca.2000). Fonte: COC/Fiocruz.

contribuir para a formulação e implementação de políticas de identificação, recuperação, conservação e valorização do Patrimônio Cultural da Saúde (BVS, 2005).

A busca por um conhecimento científico e técnico mais aprofundado sobre a composição das argamassas históricas que compõem as edificações ecléticas do NAHM sempre acompanhou as investigações realizadas pelo serviço do DPH/COC durante as obras de restauração executadas. A partir de 2002, uma linha de pesquisa específica foi criada, resultando no desdobramento de novas investigações. Foram analisadas amostras de argamassa extraídas do Pavilhão Mourisco e identificadas as suas características, inclusive a composição da camada de pintura original. Esses estudos tinham como objetivo orientar trabalhos de reintegração das argamassas, um desafio contínuo tratando-se do conjunto eclético.

Em conformidade à consolidação internacional do conceito de *conservação preventiva*, a partir de 2008 o DPH/COC passa a investir em estratégias específicas nesse âmbito da preservação de bens culturais móveis e imóveis, tendo em vista a complexidade e a necessidade da compatibilização entre as condições climáticas na preservação das coleções, acervos e edifícios, e as condições de conforto necessárias aos usuários. Sendo um dos resultados deste trabalho contínuo, a definição de metodologias e diretrizes para a elaboração de planos de conservação preventiva para os edifícios sob a responsabilidade do DPH/COC⁹, alinhados à Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde, publicada em 2015 pela COC/Fiocruz¹⁰.



Outra importante frente de atuação do departamento se refere ao âmbito das ações de educação associadas à valorização do patrimônio cultural, através de cursos oferecidos, gratuitamente, e campanhas na sua área de atuação. Desde suas origens, a equipe técnica do DPH/COC contempla em suas atividades, ações no sentido de contribuir para a transmissão de saberes e ofícios relacionados à preservação do patrimônio histórico arquitetônico. Nesse sentido, em 1999, graças ao apoio técnico-científico de parcerias internas e externas à Fiocruz, iniciava-se a formulação de um projeto pedagógico de formação profissional em técnicas tradicionais da construção civil, com ênfase na conservação e restauração de bens culturais imóveis –um intenso trabalho interdisciplinar que resultou na criação e consolidação do projeto da Oficina Escola de Manguinhos (OEM). Em 2007, graças ao apoio financeiro do Programa Monumenta/Unesco/BID com o Ministério da Cultura, foram ministrados os primeiros cursos da OEM –nas modalidades de estuque ornamental e de pinturas murais–, voltados para um público jovem de ensino médio, com o objetivo principal de despertar vocações para essa área de conhecimentos e práticas, contemplando a metodologia do ‘aprender-fazendo’ (Nogueira, 2008). Sob a coordenação do Serviço de

Educação Patrimonial (SEP/DPH), desde 2010 a OEM vem realizando outras modalidades dessa proposta de qualificação profissional, voltadas para diversos públicos-alvo.

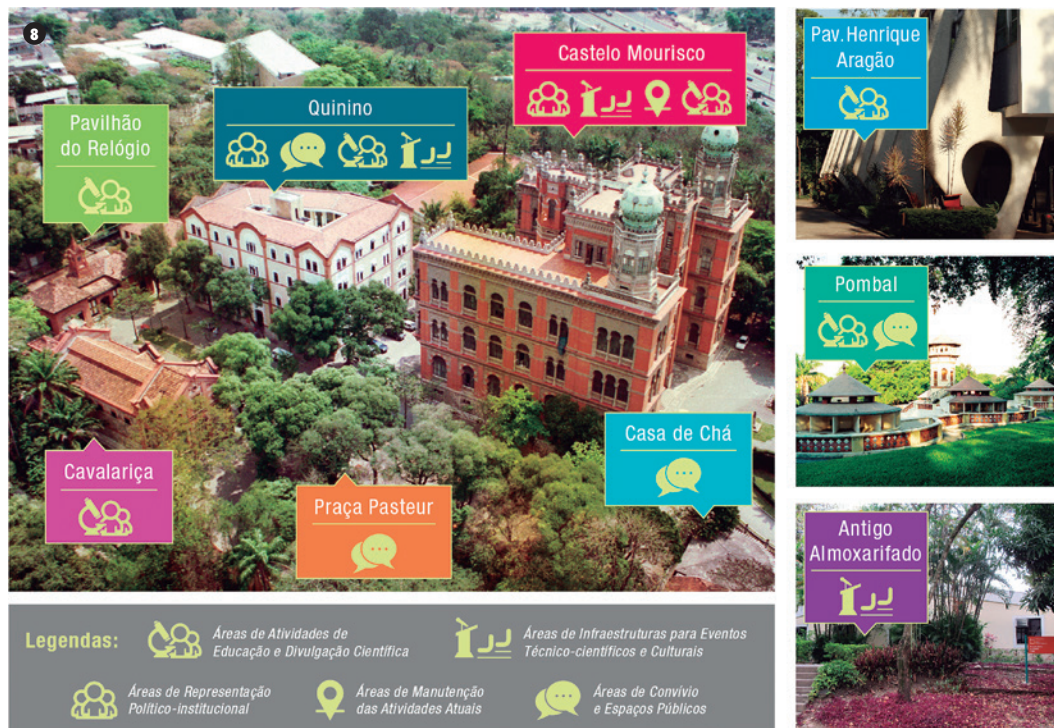
Também na área de educação, destaca-se a criação, em 2016, do curso de mestrado profissional em “Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde”, dentro do Programa de Pós Graduação das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. O DPH/COC conta com um quadro de professores no curso, tendo colaborado na formação de recursos humanos capacitados para o planejamento, a execução de ações voltadas para a gestão integrada e preventiva do patrimônio edificado e de seus acervos culturais, em especial os relacionados às áreas das ciências e da saúde.

Campanhas de valorização do patrimônio para vários públicos acompanham as atividades do DPH/COC, notadamente, a partir de 2006 por ocasião da comemoração dos 20 anos da Casa de Oswaldo Cruz. Na ocasião, o departamento coordenou as atividades da Semana do Patrimônio da Fiocruz com o propósito de divulgação e valorização da memória e do patrimônio cultural da instituição. Um resultado importante foi a

⁹ Destaca-se que em 2015 o DPH/COC recebeu financiamento do Getty Conservation Institute para subsidiar a elaboração do Plano de Conservação Preventiva do Pavilhão Arthur Neiva.

¹⁰ Mais informações: www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/politica-de-preservacao-e-gestao-de-acervos.

8. Ilustração de propostas do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos. Autoria: Silmara Mansur (2019). Fonte: COC/Fiocruz.



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A presente exposição das ações de gestão e preservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos buscou ilustrar a importância e singularidade da atividade contínua de um escritório técnico especializado no campo do patrimônio cultural, em uma instituição voltada para a ciência e tecnologia, a Fiocruz. Conforme consagrado pela bibliografia contemporânea da área da salvaguarda de bens culturais, verifica-se uma significativa ampliação tipológica, geográfica e cronológica, extrapolando o patrimônio como “objeto de culto” no sentido de sua inserção, inclusive, na indústria cultural. A globalização e os processos de democratização ocorridos nas últimas décadas do século XX introduziram novas questões ao campo da preservação, sobretudo quanto a necessidade de maior participação da sociedade na atribuição de valores aos bens culturais (Choay, 2001).

ampliação das atividades dessa semana para além dos muros da Fiocruz, incorporando outras instituições que têm como missão a preservação de acervos no Rio de Janeiro. Assim, em 2010, durante o encerramento da V Semana do Patrimônio da Fiocruz, foi anunciada a realização da primeira Semana do Patrimônio Fluminense, a ser realizada anualmente, organizada por diversas instituições científicas e culturais com sede na cidade do Rio de Janeiro (Pinheiro, 2015).

Em retrospectiva, é possível sintetizar que as intervenções arquitetônicas seguem quatro momentos (Costa & Andrade, 2019). No primeiro momento (1986-1993), quando as edificações objeto de intervenções limitavam-se às três edificações tuteladas em nível federal, a contratação de obras públicas passaram a obedecer, como já pontuado, a Lei 8666/1993. No momento seguinte (1994-1999), os projetos e obras nos edifícios históricos buscaram adaptá-los para receberem atividades culturais, então relacionadas à

implantação do Museu da Vida¹¹ da COC em 1999, bem como uma série de edificações de apoio às atividades de visitação no *campus* Fiocruz/ Manguinhos. O momento seguinte (2000-2013) indica a ampliação do escopo do departamento, atuando com projetos em edificações de interesse histórico (tuteladas ou não) e no entorno imediato dos mesmos, com destaque para um plano de ordenamento urbano de cunho cultural para o sítio. E, no último momento analisado (2014-2019), são evidenciadas as ações de Conservação Preventiva e o lançamento do Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, através de propostas para novos usos de suas áreas urbanas e edificações históricas, ampliando a oferta de atividades socioculturais, de divulgação científica, de educação em ciências, tecnologia, saúde e de cultura aos trabalhadores da instituição e à sociedade. (Pinheiro et al., 2019).

¹¹ Mais informações: www.museudavida.fiocruz.br

A contemporaneidade passou a impor novas questões ao campo da preservação de bens culturais, que vão desde o enfrentamento dos riscos gerados pelas mudanças climáticas, os danos causados pelo turismo massivo, as guerras e conflitos políticos, contínuo crescimento das cidades, as pandemias, entre outros. Contexto este de substancial influência no campo do patrimônio cultural, e a decorrente inclusão de novos objetos na lista de bens patrimoniais, inclusive com a categoria de patrimônio cultural da saúde.

No caso brasileiro, tal movimento confluirá, especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, para uma expansão das ações concernentes à memória coletiva no âmbito das políticas públicas. A partir da década de 1990, em consonância às transformações colocadas pelo processo de globalização, e à descentralização e reformas do Estado, outras alterações serão verificadas nas políticas de gestão do patrimônio cultural, urbano e ambiental. Sendo uma delas, a defesa da ampliação das decisões para outros

9. Centro de Documentação e História da Saúde inaugurado em 2018. Autoria: Silmara Mansur (2019). Fonte: COC/Fiocruz.



sujeitos, além dos especialistas, nas ações de conservação e restauração de bens culturais. A teoria contemporânea da preservação do patrimônio cultural defende a ampliação da participação social no planejamento, gestão e execução das respectivas ações de proteção de objetos, coleções, edificações, lugares, e manifestações culturais locais (Castriota, 2009).

Consoante aos desafios assinalados, a atual Presidência da Fiocruz, em colaboração direta com a COC, vem investindo recursos humanos e financeiros no sentido da implantação de um “Plano de Requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos (NAHM)”. A partir dos desafios para adequação dos edifícios antigos às exigências normativas e tecnológicas contemporâneas, discute-se na Fiocruz, desde 2011, sobre a construção de novos edifícios para abrigar parte das atividades que atualmente se desenvolvem nos edifícios do NAHM. Como é o caso do Centro de

Documentação e História da Saúde (CDHS), edifício inaugurado em 2018 para abrigar os acervos documentais da COC, que possibilitou a transferência das atividades administrativas que ocupavam o Pavilhão do Relógio e seu anexo. Desde então, a expectativa é que o Pavilhão Relógio receba, num futuro próximo, atividades culturais integradas ao circuito de exposições do *campus* Fiocruz Manguinhos.

A perspectiva dessas mudanças, aliada à intenção de se ampliar a oferta de espaços voltados às atividades culturais, motivou a constituição de um grupo de trabalho para discutir propostas para novos usos nesses edifícios, buscando aliar a valorização do patrimônio cultural à oferta de espaços voltados para atividades culturais, tendo em vista a pouca oferta de equipamentos culturais nessa região da cidade do Rio de Janeiro. Pretende-se ainda que as atividades a serem desenvolvidas nos edifícios históricos contribuam para uma maior

integração entre a Fiocruz e a sociedade, através da divulgação científica e da história da saúde pública no Brasil. Vale ressaltar a preocupação em se manter parte do uso administrativo em alguns edifícios a fim de preservar a dinâmica da apropriação cotidiana do sítio, evitando o seu esvaziamento.

A presente abordagem sobre o trabalho de preservação do NAHM, enquanto atividade de um quadro permanente na missão institucional da Fiocruz, deve por fim destacar o cenário específico colocado para o país a partir de 2016. Contexto de retrocessos, com sucessivos ataques à democracia, configurando um processo, ainda em andamento, de destruição sistemática de conquistas no âmbito das políticas culturais, e por extensão às relacionadas à salvaguarda, a promoção e a difusão do patrimônio cultural nacional, deslegitimando todo um saber técnico e científico acumulados, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

A Fiocruz, que em 2020 comemorou seus 120 anos de existência, segue seu protagonismo histórico no âmbito das pesquisas e ações estratégicas em ciência e tecnologias da saúde, estando, no momento, intensamente empenhada no enfrentamento da pandemia da Covid-19, por meio da produção de vacinas, realização de diagnósticos, assistência hospitalar, defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), e divulgação de dados.

O DPH/COC pode ser considerado um dos poucos escritórios técnicos vinculados a uma instituição pública de saúde, formado por sucessivas gerações de uma equipe especializada atuando exclusivamente na preservação do patrimônio cultural e científico. Ao longo de sua existência foi se adaptando e se aperfeiçoando em função tanto das condições políticas e orçamentárias internas da instituição, quanto às evoluções da área de conhecimento e trabalho da conservação e restauração do patrimônio arquitetônico histórico. Condições estas vinculadas à ampliação dos debates internacionais sobre as práticas de restauro

de bens culturais nas últimas quatro décadas, ressaltando a dialética entre ética, teorias e práticas. E, ainda, tendo em vista a presente conjuntura social, política e econômica brasileira, agravada pela crise sanitária imposta pela pandemia da Covid-19, pode-se considerar o trabalho realizado pelo DPH/COC em uma instituição pública de saúde, como um dos lugares de resistência no atual processo de desmonte institucional e de direitos em curso atualmente no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, I. E.J., Pamplona, L. (2014). A atuação da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do antigo Estado da Guanabara na preservação do patrimônio eclético carioca. *Cadernos do PROARQ*, 22, 28-44.
- Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). (2005). História e Patrimônio Cultural da Saúde. *Termo de constituição da Rede Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde. Termo de Referência*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Fiocruz/COC; Ministério da Saúde do Chile/Unidade do Patrimônio Cultural da Saúde.
- Calabre, L. (2014). Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, 58, 137-156.
- Castriota, L. B. (2009). *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume.
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp.
- Coelho, C. M.S., Chaves, E. E.; Zouain, R. S. (2020). Pavilhão Mourisco: desafios para sua preservação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 27(2), 565-582.
- Costa, R. G. R., Andrade, I. E. J. (2019). Um olhar sobre as ações de preservação no Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos. *Revista Restauo* 1, p. 22-29.
- Lima, N.T. (2011). Casa de Oswaldo Cruz: Centro de memória, pesquisa histórica e divulgação científica em saúde. *Acervo*, [S.l.], 17 (2), 141-150.
- Nogueira, S.A. (2008). A Oficina-escola de Manguinhos: qualificação profissional em ofícios da conservação e restauração de bens culturais. *Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 1.
- Nogueira, S. A., Andrade, I. E.J. (2020). Cristina Mello e seu papel na preservação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos-Fiocruz. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 27(2), 657-666.
- Pinheiro, M. J. (2015). Semana Fluminense de Patrimônio. In: Machado et al. *Olhares sobre o Patrimônio Fluminense*. Rio de Janeiro: In-Folio.
- Pinheiro, M. J.; Bevilaqua, D.V.; SÁ, B.T.; Zouain, R. S. (2019) Arquitura e espaços museológicos: experiências a partir do plano de requalificação do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, 57 (13), 69-107.
- Ponte, C. F. (2015). *Função e autonomia: desafios e perspectivas institucionais*. Documento de referência produzido para o VII Congresso Interno da Fiocruz.